

PARA CONSTINUAR RECONSTRUINDO O PARÁ E O BRASIL COM LULA
PRESIDENTE
Conjuntura Internacional

1- No momento em que iniciamos o último ano do primeiro quarteto do Século XXI, destacamos pelo menos três aspectos preocupantes da vida no planeta terra, os quais devem nos fazer pensar e agir: os níveis inaceitáveis das desigualdades sociais verificadas entre os seres humanos, os desrespeitos constantes dos princípios que regem o ecossistema onde habitamos, a rearticulação de grupos de ultradireita, defensores da volta ao fascismo e ao nazismo. Quando analisados em seu conjunto, os destaques acima podem ser classificados como partes complementares de um mesmo sistema de organização da sociedade: digamos, *o capitalismo de última geração dominada pelos EUA*

2- Nesse período, a grande exceção foi a emergência histórica do modelo de desenvolvimento chinês, que estabeleceu um novo padrão de relação entre Estado e mercado. Isso levou a um maior crescimento relativo chinês frente às demais economias avançadas e, em especial, aos EUA, sendo acompanhado de um notável avanço tecnológico.

3- Nesse contexto, a reação trumpista de promover um enfrentamento comercial, impondo seu tarifaço a 180 países, sem distinção entre países ricos e pobres, parece tardia e improvisada, sem falar nos prejuízos que pode acarretar para a economia e a população do próprio Estados Unidos. Trump é o primeiro presidente na história dos EUA a provocar deliberadamente uma crise econômica e financeira dessas proporções e em escala global.

4- Vale notar que essa verdadeira guerra comercial ocorre num momento em que a China tem uma grande solidez econômica e as cadeias produtivas são muito mais integradas do que no passado. Não contente em cortar recursos da cooperação internacional, Trump tenta transferir o ônus dos problemas internos dos EUA para o resto do mundo. Tudo indica que os efeitos danosos da política de Trump começam a afetar o seu apoio interno e parecem enfraquecer também o discurso da extrema-direita global.

5- No plano político mundial, crescem as ameaças à democracia e à paz. A extrema-direita avança em várias partes do mundo, aproveitando-se das dificuldades

econômicas e das ambiguidades dos governos tradicionais em relação ao Estado do Bem-Estar Social e aos próprios valores da democracia. Ganha força junto às classes populares, viabilizando-se eleitoralmente em inúmeros países com pautas xenófobas, misóginas e homofóbicas. Alimenta o discurso do ódio de um modo diretamente inspirado na ascensão histórica do nazismo e do fascismo. Por outro lado, prossegue o genocídio do povo palestino com o apoio e/ou a complacência dos EUA e das principais democracias ocidentais. Importantes ministros do governo Israelense pregam abertamente a “extinção definitiva” da Palestina e a “anexação permanente” do seu território por Israel. Os palestinos estão proibidos de receber até mesmo remédios e alimentos e todos os dias idosos e crianças morrem de fome.

6- O PT defende o fim do genocídio em Gaza, a total desocupação do território pelo exército israelense e o imediato reconhecimento do Estado Palestino pela comunidade internacional. Na América Latina e no Caribe vivemos um tempo de resistência dos governos progressistas e das forças populares que tentam consolidar seus projetos de reformas econômicas e sociais libertando-se do neoliberalismo (ainda que as oligarquias e as minorias privilegiadas continuem defendendo a ortodoxia fracassada). São muitas as dificuldades enfrentadas pelos governos populares, em meio a crises econômicas e pressões externas, além da convivência com vizinhos de extrema-direita aliados ao imperialismo, a exemplo de Milei na Argentina, Noboa no Equador e Bukele em El Salvador.

7- Nesse quadro, nossos países precisam, mais do que nunca, intensificar a integração regional que, mesmo sendo um processo complexo e cheio de obstáculos, é essencial para fortalecer a região em sua luta pelo desenvolvimento e pela justiça social, e também para potencializar a defesa de uma nova ordem internacional mais justa e equilibrada.

8- O PT e os nossos governos sempre condenaram o perverso bloqueio dos EUA a Cuba, que vigora há mais de anos, prejudicando a economia e todos os setores da vida cubana. A Assembleia Geral da ONU já aprovou diversas vezes o fim do bloqueio e está mais do que na hora de tornar efetivas as suas resoluções.

9- Por outro lado, a América Latina e o Brasil precisam acompanhar atentamente a crise comercial provocada por Trump, pois um volume significativo de mercadorias poderá buscar novos mercados, pressionando os produtores locais e exigindo medidas de defesa comercial.

10- A diplomacia presidencial de Lula tem aberto novas oportunidades, como ocorreu no G-20 e mais recentemente com as visitas ao Japão, à China, e ao Vietnã, por exemplo. A Cúpula dos BRICS constitui um espaço privilegiado para a construção de alianças comerciais e de investimentos, criando novos caminhos para o multilateralismo.

11- Os desastres climáticos são cada vez mais intensos e frequentes no mundo inteiro. Pelo seu tamanho continental, o Brasil vem sendo duramente impactado: enchentes no Sul, secas no Norte e incêndios em diversas regiões. O mais grave é que a extrema-direita, além do negacionismo sanitário, que já foi trágico na pandemia, agora assume o negacionismo climático como uma de suas bandeiras centrais. Os EUA já abandonaram as metas do acordo de Paris, estão retirando o estímulo às energias renováveis e priorizando fortemente a energia de base fóssil (inclusive o carvão), o que vai agravar a deterioração do clima.

12- Um dos princípios básicos que o PT sempre defendeu para a política externa brasileira é o multilateralismo em todos os níveis. Político, econômico, cultural, social, tecnológico. Nosso multilateralismo é fruto de uma visão de mundo, de uma concepção civilizatória, não apenas da defesa dos nossos interesses nacionais. Para um partido como o nosso, as motivações da política externa não se resumem à geopolítica, ao comércio e aos investimentos, por necessários que eles sejam. Nesse sentido, reafirmamos a importância que o PT atribui à relação Brasil-África, o caráter estratégico da nossa cooperação com o continente africano.

Conjuntura Nacional

13- Para uma avaliação adequada da atual conjuntura brasileira, dos avanços e - desafios do nosso projeto de desenvolvimento nacional, é preciso partir da gravíssima situação em que Lula encontrou o país ao voltar à Presidência da República em 2023. A verdade é que o Brasil estava mergulhado em uma perigosa soma de crises: crise econômica, crise social e crise institucional. O desgoverno Bolsonaro deixou uma

herança terrível, um acúmulo enorme de problemas imediatos e de bombas de efeito retardado. Um país completamente fora dos trilhos e com diversos setores da administração pública ameaçados de colapso.

14- A vitória da chapa Lula-Alckmin, com base em uma ampla aliança democrática proposta e liderada pelo campo progressista, foi fundamental para livrar o povo brasileiro do pesadelo que seria mais um mandato de Bolsonaro com sua fobia antipopular, sua barbárie ético-cultural e sua marcha acelerada para o fascismo. Não podemos esquecer que a eleição ocorreu sob influência de uma gigantesca indústria de mentiras, com o uso escandaloso da máquina, em um verdadeiro dilúvio de dinheiro público, com a coação de eleitores por patrões bolsonaristas e a mais extrema e impune brutalidade política, inclusive com assassinatos de companheiros nossos.

15- Nesse contexto, o triunfo de Lula e Alckmin foi extraordinário, um feito histórico, mesmo que árdua, difícil, com margem bastante apertada, para a qual o PT e as esquerdas deram uma contribuição decisiva, mas que contou com o apoio de outros setores de opinião e de segmentos políticos que não fazem parte do nosso campo. E certamente não teria acontecido se o candidato não fosse Lula, na sua condição de maior liderança política e popular do país. Por outro lado, o êxito da eleição presidencial não se traduziu em uma composição favorável no Congresso Nacional, onde predominam o conservadorismo e o fisiologismo, com uma correlação de forças extremamente complexa e desafiadora.

16- As agudas tensões institucionais, que já vinham de antes, provocadas pelo próprio Bolsonaro e seus aliados, foram agravadas pela radicalização antidemocrática da extrema-direita que incitou grupos políticos, sociais, empresariais e militares a negar e subverter o legítimo resultado das urnas, processo que culminaria com a violenta tentativa de Golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023.

17- Na esfera econômica e social, Lula defrontou-se com uma verdadeira terra arrasada. Antes mesmo de tomar posse, teve que negociar e aprovar no Parlamento a PEC da Transição, indispensável para cobrir o rombo das contas públicas e evitar a paralisação da máquina administrativa. O Orçamento de Bolsonaro para 2023 não tinha espaço para políticas sociais, por exemplo, para a Bolsa Família de R\$600,00 que ele próprio garantiu mentirosamente na campanha, nem para a Farmácia Popular e o Mais Médicos, programas tão necessários à sobrevivência de milhões de

brasileiras e brasileiros. E menos ainda para investimentos em infraestrutura produtiva e social, como os do PAC e do Minha Casa Minha Vida.

18- Políticas públicas essenciais, que havíamos levado anos para construir e que melhoraram fortemente as condições socioeconômicas do país, dando ao Brasil um inédito reconhecimento internacional, estavam destroçadas e em muitos casos tiveram que ser reiniciadas do zero.

19- Tudo isso obrigou o novo governo, para tornar possível a execução de seu programa, a fazer um enorme esforço de saneamento da máquina e de recuperação de instrumentos cruciais de ação governamental. Em muitos casos, esse esforço dependeu de prolongadas negociações na Câmara e no Senado. Da mesma forma, foi necessário resgatar o caráter democrático e republicano do Poder Executivo.

20- A desastrosa herança econômica e social de Bolsonaro, contudo, não ficou tão evidente quanto deveria para o conjunto da população. Em parte porque a tentativa de Golpe de Estado ocupou, como era de se esperar, o centro do noticiário e do debate nacional; em parte porque a PEC da Transição, imprescindível para que o novo governo pudesse funcionar, exigiu prioridade e atenção redobrada de Lula e sua equipe; e também porque amplos setores da mídia não queriam de modo algum admitir o fracasso da política ultraneoliberal. O fato é que uma das maiores e mais estratégicas conquistas do atual Governo Lula, a reconstrução do Estado democrático, de suas principais políticas e de sua capacidade operacional acabou não tendo o destaque que merecia e merece.

21- O mais importante, no entanto, é que Lula não se deixou intimidar pela herança bolsonarista nem pela complexidade do quadro político e institucional e pôs em prática, desde o primeiro dia, medidas fundamentais do programa democrático-popular com o qual ganhamos as eleições. Além de resgatar a credibilidade e o protagonismo internacional do Brasil, implementou imediatamente uma nova política econômica e social, com vistas a promover o crescimento com geração de empregos, distribuição de rendas e inclusão social.

22- Agora temos que avançar na agenda de Justiça Tributária, cumprindo o compromisso de colocar os pobres no orçamento e os ricos no Imposto de Renda, isentando do imposto de renda quem ganha até R\$ 5 mil mensais, reduzindo a

alíquota de quem ganha até R\$ 7 mil, promovendo a tributação justa de quem ganha mais de R\$ 50 mil por mês e também de quem ganha mais de R\$ 100 mil (R\$1,2 milhão ao ano). Com isso, serão beneficiados 90% dos contribuintes aumentando a alíquota de menos de 1%. A proposta de reforma do imposto de renda tem amplo apoio popular, tanto para isentar quem ganha menos quanto para tributar quem ganha mais. Com essa proposta, uma professora que ganha hoje R\$ 4.867 por mês poderá economizar até R\$ 3.970 no ano. A justiça tributária, além de seu sentido ético, ajuda a alavancar o crescimento econômico, aumentando a renda e o consumo de quem mais precisa.

23- O Governo criou o Plano de Transformação Ecológica (PTE). Trata-se de um ambicioso projeto de transformação da estrutura produtiva do país, ancorado nos pilares da sustentabilidade e da justiça social, que tem potencial de impulsionar o PIB per capita em pelo menos 10% até 2026.

24- Ao lado do PTE o Governo está implementando dois outros programas estratégicos para o desenvolvimento nacional: o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (NOVO PAC) e o Nova Indústria Brasil (NIB).

25- O principal desafio para o crescimento sustentável da economia brasileira continua sendo a garantia de um ciclo expansivo de investimentos. Apesar do avanço de 7,3% da formação bruta de capital fixo em 2024, a taxa de nossos governos anteriores 20,9% do PIB.

26- No campo da infraestrutura, o Governo Lula retomou os investimentos públicos, que avançaram cerca de 0,5% do PIB. Com isso, o investimento total em infraestrutura saltou de 1,7% para 2,2% do PIB. Foi essa retomada que viabilizou o crescimento da construção civil no país. Por meio do NOVO PAC, o Governo vem se esforçando para coordenar os investimentos públicos e privados. Os bancos públicos mais uma vez cumprem um papel central. O Minha Casa Minha Vida, que foi reativado em 2003 pelo Presidente Lula, já apresenta resultados muito expressivos: foram contratadas em 2003 e 2004 1,26 milhões de habitações. Isso representa 60% da meta estipulada até 2026. No Pará já foram inaugurados conjuntos habitacionais que estavam parados a anos e o Minha casa Minha Vida entidades começou a ser implementado

27- A área social, que Bolsonaro havia deixado em frangalhos, dominada pelo negacionismo e o fisiologismo, exigiu um tremendo esforço de reestruturação. Programas tiveram que ser redesenhados, equipes técnicas reconstituídas, cadastros inteiramente revistos. Sob a liderança de Lula, os ministérios da área realizaram durante meses um verdadeiro mutirão cívico para devolver a milhões de famílias brasileiras os serviços e benefícios que tinham sido cortados por Bolsonaro e Guedes.

28- Além de tudo que foi reconstruído ou revitalizado, deve-se acrescentar programas criados no atual governo, a exemplo do Pé-de-Meia, uma ousada iniciativa para garantir que os jovens que frequentam escolas públicas de ensino médio não abandonem os estudos por dificuldades financeiras. Em um ano, já são mais de 4 milhões de jovens recebendo a bolsa do Pé-de-Meia.

29- No entanto, esse formidável conjunto de realizações, que está melhorando rapidamente a situação do país, e criando inúmeras oportunidades de trabalho, renda e estudo, não está sendo devidamente percebido por uma parcela da população, inclusive por alguns setores populares que votaram em Lula. Hoje, esse é com certeza um dos maiores desafios do Governo Lula e dos partidos políticos e movimentos sociais que o apoiam o de transformar os importantes resultados econômicos e sociais já obtidos, frutos da retomada do desenvolvimento, em um apoio mais amplo e efetivo ao nosso governo e ao nosso projeto de país.

30- É claro que a campanha permanente de desinformação e sabotagem da direita e sobretudo da extrema-direita que possui uma vasta rede de manipulação da opinião pública interfere nessa percepção, e devemos continuar denunciando as falsidades dos nossos adversários, que muitas vezes agem como inimigos do país, apoiando até mesmo medidas de potências estrangeiras contra o Brasil. Mas não podemos nos limitar a essa denúncia, precisamos travar e vencer a batalha político-cultural para que a percepção das majorias sociais se torne cada vez mais favorável ao nosso Governo e ao nosso modelo de desenvolvimento.

31- O Governo tem procurado melhorar sua comunicação institucional, o que é importante, mas a batalha vai muito além da publicidade oficial e da comunicação em sentido estrito. Divulgar melhor as realizações do Governo são essenciais, mas precisamos também disputar o sentido do que estamos fazendo, o rumo que está

sendo impresso ao país. Pois as forças reacionárias, que continuam tendo bastante peso na vida brasileira, além das constantes mentiras e calúnias que espalham, confundindo uma parte da população, também negam sistematicamente as conquistas do povo e do governo com base em valores opostos aos nossos e à tradição democrática e humanista da qual somos parte.

32- Para travar com mais eficácia essa batalha, tanto o Governo quanto as forças que o apoiam precisam de uma nova postura no diálogo com a sociedade, muito mais proativa e direta, mais sintonizada com as preocupações e dúvidas das pessoas comuns. Isso supõe potencializar o carisma e a palavra do próprio Presidente Lula, assim como sua presença nas várias regiões do país, que é sempre esclarecedora e entusiasmante. Supõe também aproveitar melhor o prestígio e a capacidade de interlocução social dos principais ministros e dirigentes do Governo. Da mesma forma, supõe dar uma dimensão mais participativa, de verdadeiro envolvimento popular, às chamadas entregas do Governo, que hoje são cada vez mais numerosas e concretas.

33- Ao mesmo tempo, se queremos consolidar o apoio majoritário da sociedade, é necessário prosseguir com firmeza na agenda transformadora do Governo, com novas iniciativas de mudança econômica e social. A isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$5.000 mensais foi uma evidente demonstração disso, obtendo forte apoio da opinião pública. Tudo indica que a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas e a criação de um imposto sobre lucros e dividendos, que já vigoram nas principais democracias do mundo, mesmo que sejam criticadas pelas minorias privilegiadas, contarão com idêntico respaldo da maioria do povo.

34- A construção do novo Brasil que almejamos, na perspectiva histórica do socialismo democrático, exige a combinação e, mais que isso, a integração de dois tipos de políticas transformadoras: aquelas que buscam a igualdade social por meio da universalização dos direitos (saúde, educação, trabalho, moradia, cultura, lazer) e aquelas que visam à emancipação das majorias e minorias discriminadas: as mulheres, a população negra, os povos indígenas, a comunidade LGBTQI+, a juventude. Para o PT não há nenhuma contradição entre essas duas dimensões, ao contrário: elas são complementares. Tão importantes e necessárias quanto as lutas pela igualdade de direitos são as lutas pelo direito à diferença.

35- Hoje, com Lula de volta ao governo, novos marcos têm sido estabelecidos, como a criação da Política Nacional de Cuidados, que coloca no centro do debate o reconhecimento do trabalho não remunerado realizado majoritariamente por mulheres, um passo fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

36- Além disso, pautas históricas do movimento feminista e do PT vêm ganhando centralidade nas agendas legislativas e executivas, como: A igualdade salarial entre mulheres e homens por trabalho equivalente, hoje respaldada por legislação federal, O combate à violência política de gênero, com a Lei nº 14.192/2021, que estabelece normas para prevenir, reprimir e punir a violência contra mulheres no exercício de funções públicas e políticas, o compromisso com a paridade de gênero nas instâncias partidárias e nos processos eleitorais.

37- Reafirmamos ainda o compromisso estratégico com a luta antirracista como um dos eixos centrais de um projeto democrático-popular. A superação das desigualdades raciais exige políticas estruturantes: ações afirmativas nas universidades e no mercado de trabalho, reforma do sistema de justiça, combate à violência policial, fortalecimento da economia popular e solidária, valorização das culturas negras e políticas de reparação histórica.

38- Mais do que combater o racismo como uma "questão setorial", é preciso enfrentá-lo como uma contradição central do desenvolvimento brasileiro. O novo Brasil que queremos construir só será possível com a centralidade da luta do povo negro. Reparação, redistribuição de riquezas e bem viver são compromissos que devemos assumir com radicalidade. Afinal, não há projeto nacional sem justiça racial.

39- Vivemos um novo quadro histórico no Brasil, em especial para as juventudes. Diante da polarização política nacional e internacional, do avanço das big-techs e das novas tecnologias, assim como das transformações no mundo do trabalho, os jovens enfrentam não apenas incertezas sobre o futuro, mas também obstáculos concretos em sua vida cotidiana e na sua própria participação política. Uma parcela dos jovens acaba sendo arregimentada pelas ideologias conservadoras e de direita.

40- A política partidária no Brasil tem sido marcada por um tensionamento ideológico e cultural cada vez mais forte, substituindo muitas vezes o debate político pelo embate raso nas redes sociais. A disputa entre projetos antagônicos de país se acirrou tanto que as juventudes vivem um dilema: ou se alienam inteiramente da política ou assumem um protagonismo efetivo na vida nacional.

41- A propagação acelerada de fake news e teorias conspiratórias, principalmente nas redes sociais, onde a juventude tem presença massiva, tornou-se rotineira. Os algoritmos das plataformas priorizam o “engajamento” a qualquer preço, mesmo que isso signifique impulsionar conteúdos violentos, sensacionalistas e perigosamente manipuladores. Na maioria dos casos, os usuários são induzidos a posturas políticas reacionárias ou à negação da política.

42- O fortalecimento de figuras políticas da extrema-direita brasileira está intimamente ligado à desinformação na internet. Elas se apresentam como porta-vozes de um conservadorismo supostamente jovial, que combina discursos fáceis e de prosperidade, uma estética de “influencers” e o domínio do marketing digital. A ascensão desses personagens revela a eficácia da extrema-direita para pautar e contagiar o imaginário das pessoas, ainda que de forma deturpada, e representa um grande desafio para a esquerda e, em especial, para o PT. Essa realidade nos obriga a revisitar o nosso programa e oferecer à sociedade, particularmente aos jovens, novas perspectivas educacionais, culturais e profissionais que dialoguem com as suas angústias, expectativas e desejos.

43- O desafio, no entanto, não é simples. As novas gerações são impactadas diretamente pela uberização do emprego e precarização do trabalho, ao mesmo tempo que são fascinadas pelas possibilidades, reais ou imaginárias, de empreendedorismo. São afetadas pela crise ambiental, pelo racismo estrutural, pela dificuldade de acesso à educação de qualidade. São jovens que vivem a contradição entre uma super conexão digital e uma profunda desconexão com o mundo real, o que impacta diretamente as formas tradicionais de organização política.

44- É nesse contexto que o Partido dos Trabalhadores precisa olhar com atenção redobrada para a juventude. A renovação partidária precisa ser programática e profundamente conectada às pautas da juventude de hoje. É preciso muita escuta,

formação política e esforço organizativo para criar novas modalidades de agregação e mobilização da juventude nos territórios e nas redes.

45- A nova geração de jovens militantes participa pela primeira vez do Processo de Eleições Diretas (PED) do nosso partido. Além disso, tem pela primeira vez a experiência de governar com o Presidente Lula. A juventude petista quer que esse PED seja um momento de transição e de potência, onde possamos ser um motor de renovação política e cultural, sem abrir mão da história que foi construída até aqui.

46- No último período, o PT elegeu o maior número de jovens deputados e deputadas, vereadores, prefeitas e prefeitos de sua história. Precisamos potencializar mulheres, jovens, negros e negras, LGBTQI+, periféricos, PCDS para os espaços de poder.

47- Se quisermos um futuro em que a juventude brasileira tenha vez, voz e poder, precisamos garantir que ela esteja no centro do nosso projeto de partido, na linha de frente da luta por um país mais justo.

Território, Infraestrutura e Sustentabilidade: Caminhos para um Novo Modelo Amazônico, com justiça climática e ambiental

48- Para que o Brasil possa empreender uma ação climática efetiva, justa e inclusiva, é preciso integrar direitos humanos e socioambientais – guiando-se pela justiça climática, o combate ao racismo ambiental e a garantia da democracia.

49- Historicamente a Amazônia brasileira é marcada pelas desigualdades de raça, gênero e renda e requer ações orientadas às especificidades do território. As ameaças aos povos indígenas e comunidades tradicionais se intensificaram nos últimos anos, seja pelos impactos das mudanças climáticas, como pela ação deliberada de atores do setor privado e do governo e do congresso nacional a exemplo Marco temporal para terras indígenas e o Projeto de Lei aprovado recentemente pelo senado que abre flancos perigosos no marco regulatório do licenciamento ambiental, conhecido como PL da devastação, revelando “pouco caso” com o significado político do recente resgate do protagonismo do Brasil nos debates multilaterais sobre clima e meio ambiente que levaram a comunidade internacional a definir a COP 30, em Belém.

50- O trabalho na região amazônica é marcado por forte informalidade, com mais de 50% dos trabalhadores fora do mercado formal. O trabalho na Amazônia tem que ser capaz de reproduzir e conservar o ecossistema florestal e a cultura dos povos tradicionais. É preciso incentivar o extrativismo, a pesca artesanal, a produção agrícola familiar em assentamentos, indígenas, quilombolas, além de promover a transição do atual modelo de desenvolvimento predatório para um modelo de desenvolvimento sustentável que abra novas oportunidades de empregos de qualidade em setores estratégicos como: bioeconomia, energias renováveis, reflorestamento, monitoramento ambiental e turismo ecológico. Para que essa transição seja justa e inclusiva, é fundamental investir na qualificação profissional da população amazônica, garantindo que os trabalhadores tenham acesso a formação técnica e científica voltada para as novas demandas do mercado sustentável.

COP 30 no Brasil, na Amazônia e em Belém do Pará

51- Neste ano, teremos também a COP30 no Brasil. A temperatura média global aumentou 1,5°C nos últimos 18 meses. Nenhuma das previsões climáticas indicava uma elevação tão acelerada. Até agora pesquisadores e cientistas do clima não explicaram o que aconteceu, e se esse processo é reversível. Se o aquecimento continuar nesse ritmo, a temperatura média global chegará a 2,5°C ou mais até 2050, com impactos catastróficos sobre a vida no planeta.

52- Mais do que um palco global para reafirmar o papel do Brasil nas negociações climáticas, a COP-30 é uma oportunidade única para atualizar as nossas agendas e colocar as populações amazônicas no centro das discussões, que não estarão nas mesas de debate, mas são os que mais precisam do país neste momento. Afinal, são essas populações as guardiãs da floresta e das águas, responsáveis por preservar os ecossistemas que sustentam toda a humanidade.

53- É necessário que seja possibilitado que os atores locais tenham uma participação ativa no processo de negociações climáticas, ampliando a visibilidade das respostas ao aquecimento global gestadas na região. A COP-30 não pode ser apenas a conferência da floresta, mas também um marco no reconhecimento, respeito e inclusão dos povos e comunidades mais vulneráveis. Assim, colaboramos para transformar a COP-30 em um marco efetivo para a luta contra as mudanças climáticas e na promoção de um futuro sustentável para a sociobiodiversidade amazônica.

54- Hoje, a urgência de uma transformação radical no uso da energia do nosso planeta é inegável. O aquecimento global nos confronta com uma realidade alarmante: inundações devastadoras, secas severas, tempestades violentas e mudanças climáticas extremas. Calor insuportável e falta de chuva onde ela é necessária. Tragicamente, são os mais pobres os que sofrem as consequências mais graves dessa crise.

55- A crise climática impacta diretamente nas nossas vidas e de forma diferente na região Amazônica e nas periferias. É preciso avançar para a transição justa, que é mudar o modelo de produção poluente para um modelo sustentável, mas não às custas de direitos laborais, direitos humanos, salários e condições de vida e trabalho. Outros aspectos sobre o que a classe trabalhadora e a COP 30 podem ser traduzidos pelos fatos da vida cotidiana. As ondas de calor e as condições de trabalho ocasionadas pelas mudanças climáticas que o mundo vive. O estresse térmico, por exemplo, vem em função das condições de trabalho nos vários setores e que são ocasionadas pelo aumento da temperatura. Embora não esteja na agenda central da COP 30, mas as atuais condições de trabalho também é consequência das mudanças climáticas

56- Defendemos uma ação global coordenada, onde os países mais ricos devem financiar políticas que mitiguem e adaptem todos aos efeitos das mudanças climáticas. Afinal, são esses países que carregam a maior responsabilidade pelas emissões que impactam o clima. Eles têm o poder e o dever de promover mudanças significativas.

57- No Brasil, precisamos abraçar três pilares essenciais: garantir que mais brasileiros e brasileiras tenham acesso a um sistema energético moderno, seguro e sustentável.

58- Não podemos aceitar o risco de apagões, o aumento exorbitante dos custos de energia ou o aprofundamento das desigualdades regionais. No Norte, assim como no Centro-Oeste e no Nordeste, é crucial preservar os biomas para evitar o desmatamento e os incêndios que afetam o clima.

59- É hora de agir, de sonhar e de transformar. O futuro do nosso planeta e das próximas gerações depende das decisões que tomarmos agora. O Brasil precisa ser um dos líderes do movimento de transição energética, combinando o crescimento de fontes renováveis com a substituição progressiva das fontes fósseis.

60- Na COP 30 será importante construirmos pactos e alianças que representem um salto de qualidade no compromisso com essa causa e contribuam para concretizar cada vez mais a agenda climática. O restauro florestal e a preservação dos biomas brasileiros são uma exigência fundamental do nosso modelo de desenvolvimento. O cenário previsível vai exigir planejamento, articulação e pronta resposta.

As eleições de 2026

61- A vitória de Lula em 2026 é vital para que o Brasil possa dar continuidade ao seu projeto de desenvolvimento nacional e se torne cada vez mais uma nação independente, próspera e justa. Não podemos de modo algum permitir que a construção nacional, para usar uma expressão do saudoso Celso Furtado, seja novamente interrompida, como ocorreu com o golpe de 2016. Somos testemunhas do que significaram os governos Temer e Bolsonaro em termos de retrocesso político, econômico e social, de perda da nossa soberania, de esvaziamento da nossa democracia, de desnacionalização das nossas riquezas e de ataque aos direitos básicos da população, causando um enorme sofrimento popular.

62- A vitória em 2026, crucial para o futuro imediato e histórico do país, passa, é claro, pelo êxito do nosso governo e a capacidade de fazermos com que as majorias sociais se identifiquem com ele, desejando a sua continuidade. Passa, obviamente, pelo imenso prestígio e carisma de Lula, que continua sendo, de longe, o maior líder político e popular do país, e o mais respeitado. Mas passa também, necessariamente, pela reedição se possível, com uma qualidade mais avançada – da ampla frente democrática que foi tão importante na vitória de 2022.

63- Temos sem dúvida condições de derrotar a direita e a extrema-direita, mas não podemos menosprezar a sua força política nem a capilaridade do aparato conservador no país. Suas posições golpistas discriminatórias e antipopulares geram repulsa em amplos setores, mas isso não significa automaticamente fragilidade eleitoral. Nesse sentido, devemos manter e incrementar nossa fecunda relação com o mundo católico e aprofundar o diálogo com a população evangélica, sem partidizar de modo algum a questão religiosa, mas, ao mesmo tempo, sem aceitar que lideranças de ultradireita, cuja conduta é essencialmente anticristã, se apropriem do autêntico sentimento religioso e tentem falar arbitrariamente em seu nome.

64- Por outro lado, é fundamental intensificar cada vez mais a nossa aliança democrática com a intelectualidade, os cientistas e o mundo da cultura em geral, ao qual o nosso governo tem dado forte apoio. A arte e a ciência se alimentam da liberdade e sempre almejam, de alguma forma a felicidade coletiva. Independente de vínculos partidários, cientistas, artistas e ativistas da cultura são grandes parceiros na defesa da democracia e do desenvolvimento. A vitória de 2022 reascendeu a chama da esperança na maioria do povo brasileiro. Essa chama precisa estar ainda mais forte e viva na campanha de 2026.

65- O Processo de Eleições Diretas –PED no Pará deverá deve servir para ampliar o diálogo com a nossa base, principalmente os filiados e filiadas ao Partido dos Trabalhadores, construir as condições para formamos uma ampla aliança que ajude na reeleição do Presidente Lula, que proporcione ao PT a possibilidade de retomar o governo do estado do Pará, com uma grande bancada de deputados e deputadas estadual, federal e no senado.